

JUNHO: 22/6 - ANTEPROJETO DA NOSSA DATA-BASE APROVADO POR UNANIMIDADE na Corte do TJMG (6,51% - com retroatividade a 1º de maio de 2011)! Os representantes do SERJUSMIG estavam lá e puderam parabenizar os VITORIOSOS companheiros(as) que se mobilizaram, durante a sessão do Órgão Superior. A matéria ficou pronta para seguir ao Legislativo (ALMG). E o SERJUSMIG alertou: "NOVAS jornadas nos aguardam (fiquem atentos. NOSSO Sindicato deve convocar uma AGE para agosto).



29/6 – SERJUSMIG (representado pelo vice, Rui Viana) e Sinjus-MG fazem articulações no Legislativo (ALMG), acompanhando, no Plenário da ALMG, a leitura do “Ofício 201/GAPRE/SEPLAG/TJMG/2011 (que encaminha ao parlamento o Projeto de Lei (PL) 2125/2011 - que visa a garantir o pagamento de nossa Data-Base, conforme a Lei Estadual 18.909 de 31/3/2010, fruto de intensas lutas NOSSAS!). Na sequência, NOSSOS representantes visitam gabinetes e negociam com parlamentares; assessores e lideranças.

JULHO

4 e 5/7: Representantes do SERJUSMIG e do Sinjus-MG fazem articulações (no TJMG e na ALMG), visando a agilizar a tramitação do Projeto de Lei (PL) 2125/2011 da DATA-BASE (6,51% retroativos a 1º/5/2011) nas Comissões. Os dirigentes sindicais dialogam com parlamentares e lideranças, como os deputados Dinis Pinheiro (Presidente da Casa), e Humberto Carneiro (Líder do Governo), ambos do PSDB (solicitando que intervenham na tentativa de sanar qualquer “entrave” ao PL, ajudando a intermediar a negociação do Tribunal com Executivo). Depois da argumentação com os líderes, NOSSOS representantes voltam a procurar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Deputado Sebastião Costa (PPS). **EM TEMPO:** o SERJUSMIG aproveita para conversar com o deputado André Quintão(PT), abordando também a NOSSA solicitação de **AUDIÊNCIA PÚBLICA em prol do AUMENTO DO VALOR DE REEMBOLSO DAS DILIGÊNCIAS EXTERNAS DA JUSTIÇA GRATUITA**. André coloca a sua assessoria para trabalhar em prol do efetivo agendamento da citada audiência, afirmando que empenhará esforços para que consigamos marcá-la, possivelmente, até a primeira semana de **AGOSTO**.



6/7: novas articulações na ALMG e no Tribunal. Deputado Sebastião Costa (PPS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cede à pressão dos Sindicatos e **pauta NOSSO PL 2125/2011 (da Data-Base) para a manhã de 7/7 (quinta)**. SERJUSMIG convoca a categoria e “amanhece o dia” na Casa Legislativa, a fim de acompanhar votação da CCJ (às 9 h, no Plenarinho 3 – subsolo da Casa).

7/7 - FRUSTRAÇÃO na CCJ da ALMG e no Tribunal:

Presidente da Comissão devolve PL 2521/2011 (em diligência) ao TJ e à Seplag do Executivo (Prazo de CINCO dias, **PERIGO: o recesso parlamentar, a iniciar em 18/7!**). Os sindicalistas e servidores presentes ficam indignados. Depois de insistir com deputados da Comissão, eles se reúnem com o líder do Bloco *Minas Sem Censura*”(PT, PCdoB, PMDB e PRB), Deputado Rogério Corrêa (PT) e sua assessoria, na tentativa de achar um caminho (**visando a evitar que, em razão da “diligência”, o PL seja adiado para depois do recesso parlamentar**). Rogério liga para o Desembargador Cláudio Costa, a fim de saber novidades sobre as negociações entre o Tribunal e a Seplag do Executivo (*no que tange ao “problemático” artigo 2º: detalhes em nosso site*). Rogério ainda solicita que o magistrado receba os representantes das duas entidades. **Na sequência, os sindicalistas seguem para o TJMG**, para tentar conversar com o presidente e solicitar a intervenção dele, garantindo a retomada dos trâmites do PL antes



do recesso da ALMG (*a conversa não ocorre, há, entretanto, o compromisso de receber as entidades em reunião*). **No período da tarde**, NOSSOS representantes retornam ao Legislativo e voltam a articular com lideranças. Querem uma reunião com líderes do Governo, a fim de solicitar um “consenso” entre os Três Poderes, no que tange ao PL 2125/2011. Eles alertam: *“o servidor(a) (já tão desvalorizado) não pode ‘pagar o pato’ pela falta de entendimento e pelos equívocos cometidos pelos Poderes do Estado.”*

8/7: SERJUSMIG protocoliza ofício na Seplag do Executivo, solicitando que a Secretária de Planejamento e Gestão de Minas, Renata Vilhena, receba as duas entidades.

11/7: SERJUSMIG e Sinjus-MG passam a manhã na ALMG, onde tinham uma reunião pré-agendada com a “Mesa Diretora da Casa” (encontro intermediado pelo Deputado Rogério Corrêa/PT). Reunião transferida para a tarde (14h). Rui Viana (SERJUSMIG) e Robert Wagner (Sinjus-MG), então, seguem para o TJMG, onde dialogam com o presidente, Desembargador Cláudio Costa. Este reafirma “apoio” ao NOSSO PL, mas alega não ter recebido a mensagem do presidente da CCJ (que, na quinta 7/7, **a despeito dos apelos dos Sindicatos e Servidores**, baixara o PL 2125, em diligência, ao TJ e ao Executivo). **TARDE:** retorno à ALMG, corre-corre a gabinetes, negociações sequenciais, mas sem avanços (Deputados reiteram: *“Falta de entendimento entre o TJMG e a Seplag de Minas estaria ‘travando’ o andamento do PL”*). Sindicatos insistem.



12/7: representantes dos dois sindicatos insistem, nos Três Poderes, pela retomada dos trâmites do PL (*preferencialmente antes do recesso parlamentar, marcado para 18/7, próxima segunda*). Bem no final da tarde, os Sindicatos conseguem a informação de que a diligência da CCJ da ALMG já teria chegado à presidência do TJ. À noite, Seplag de Minas responde à solicitação do SERJUSMIG (*de agendamento de reunião com a Secretária Renata Vilhena, data prevista: 19/7, depois de iniciado o recesso da ALMG*). NOSSOS representantes “correm atrás”: insistência pela antecipação do encontro (sem reposta).

13/7: PLANTÃO, durante sessão da Corte Superior do Tribunal, para acompanhar os trâmites da proposta de orçamento/2012 (*“leve pressão”, a fim de evitar “surpresas” desagradáveis para o servidor e de mostrar que ESTAMOS EM ALERTA!*). **Corte aprova orçamento do TJMG/2012**. Na proposta aprovada, foram acatadas algumas das pendências elencadas pelos Sindicatos (*durante a reunião preliminar com o TJ, realizada em 28/6/2011*). Nesta reunião de junho, entre outros pontos, **NOSSO Sindicato questionou a ausência de índice destinado à revisão-geral (Data-Base) de 2012, e também a falta de previsão para pagamento da Gratificação-Chefia (GEC)**. Ambas foram contempladas, mas não nos moldes exatos em que NOSSA entidade defendia. Em relação às pendências que havíamos levantado, e que não foram contempladas na “peça” aprovada pela Corte, continuaremos a lutar insistentemente. Principalmente, depois de ouvir, do Próprio presidente Cláudio Costa, reportando-se aos demais magistrados do Órgão Superior do TJ (em 13/7), as seguintes palavras: **“Vamos resgatar a dignidade material dos servidores. Nós vamos fazer isso, é uma bandeira minha!”**. Além disso, ele frisou a discrepância entre os vencimentos do servidor(a) da Justiça Mineira e seus pares de Judiciários de outros Estados e federais. Na mesma data, reiteramos à categoria que **o SERJUSMIG realizará Assembleia-Geral (AGE) em agosto (local, data e horário a serem divulgados em breve)**.

